

1 Ata da Sessão Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2 de Campinas, realizada aos nove dias do mês de abril de 2024, às quatorze horas, de
3 forma presencial. Estiveram presentes: Na abertura, Ricardo Leite de Moraes, presidente
4 do CMDCA, gestão 2024-2025, e conselheiros titulares do poder público: Andrea Maria
5 Campedelli Lopes, Fernando Henrique Martins, Pamela Cristina Pereira e Mariana Barão.
6 Presente a suplente da Secretária de Saúde: Alexandra Sevilha Melescho Ganev.
7 Representantes da sociedade civil, titulares: Ricardo Leite de Moraes e Silmara Cristina
8 Ramos Quintana. Suplentes da sociedade civil: Maria Célia Carmona Maciel e Virginia
9 Wehmuth Schmitt. Estiveram presentes os seguintes convidados(as): Daiani Laís Felipe
10 Silva (CT3), Laura Bussab (CRAMI/SESF), Moisés Sesion (CT 6), Ana Maria P. S. Camargo
11 (CT 1), Mariana V. Silva Costa (Ministério Pentecostal Luz do Mundo/Sementes do
12 Amanhã), Maria das Graças Silva Meireles (Ministério Pentecostal Luz do
13 Mundo/Sementes do Amanhã), Cláudia C. Andrade (Instituto OMI), Laura Melo
14 (Associação Plantando a Esperança), Claudete de Lima (CESD), Sérgio Augusto (Cuidando
15 minha história), Lincoln Cesar Moreira (coletivo em Defesa do ECA), Diego Sampaio (CT
16 2), Célia Zenaide (CT 4), Gabriela Linhares (CT 5) e Denilze de Barros (Instituto OMI).
17 Pauta: Expediente: 1-Informes: a) justificativas de ausências. Justificaram a ausência:
18 Vanessa Cristina Dias de Sousa, Camila da Cruz Santos, Clarisse Carlota, Giovanna Puosso
19 Labatte, Adriana Vitorino Rossi, Jair Rezende de Almeida Silva e Ruan Henrique de
20 Almeida. 2- Leitura, discussão e aprovação das atas das reuniões do colegiado de março
21 de 2024. Em regime de votação. Aprovado por unanimidade dos votantes. Ordem do dia:
22 1- Planejamento Estratégico do CMDCA. Claudete fala que a legislação atual diz que 20%
23 do que for captado fica no fundo para aplicação nos lugares que não conseguem captar e
24 fala da necessidade de fortalecer a estrutura do conselho. O conselho tem autonomia e
25 não depende dos pareceres da prefeitura. O dinheiro que entra no fundo não pode ficar
26 represado. O potencial de Campinas para a captação é três vezes maior que a atual.
27 Lincoln sugere que o conselho não trate de direcionamento, mas em chancela de projetos.
28 O ECA fala da captação pensando no conjunto do que são as prioridades. Tem que olhar
29 pro conjunto normativo olhando pro ECA. Hoje em dia o fundo é olhado como um
30 parceiro de cofinanciamento. O Conselho pode parametrizar como bem entender.
31 Questiona o diagnóstico da situação atual, onde chega o recurso do fundo. O conselho tem
32 que olhar para o ECA. Se coloca para trabalhar na comissão de Legislação e Normas. Diz
33 que em todas as outras cidades já superaram as questões legais, mas em Campinas ainda
34 não. Mariana coloca que a comissão se reuniu ontem. Compareceram: Ana Lúcia do Padre
35 Aroldo, Simon, Virgínia e a própria Mariana. A escolha do presencial foi para a integração

36 dos membros e haverá reuniões intercaladas. A avaliação é que ainda seja presencial as
37 primeiras reuniões. Será necessário estudo da legislação para apresentação de um
38 panorama para o plenário. Silmara fala da necessidade de maior participação de outras
39 secretarias. Gabriela, conselheira tutelar, fala da ausência e necessidade de políticas
40 públicas de esporte, lazer e cultura. Ricardo convida a participação na comissão. Andrea
41 fala que durante a análise dos projetos a maioria eram de esporte. Poucos eram de saúde.
42 Lincoln diz que já existe o mecanismo para fazer investimento. Quanto foi destinado para
43 a criança e adolescente. Essa responsabilidade não é do FUNDO. É previsto na
44 Constituição Federal. Já existe o instrumento, não será necessário criar. O fundo não deve
45 ser usado para política pública básica. Propõe que os candidatos se comprometam com o
46 orçamento das crianças e adolescentes. Diz que crianças e adolescentes têm que ocupar
47 este espaço. Silmara falou do Progen que um educador trabalhou com a divulgação da
48 entidade, produzindo conteúdos e divulgação com muita criatividade. Claudia falou que os
49 projetos por si só geram conteúdo. Há o problema da desinformação. Aqui em Campinas
50 precisamos mostrar o resultado. Como cada projeto investe o dinheiro do fundo. Cada
51 organização pode falar do conteúdo. Pensar na formatação para alimentar de forma
52 construtiva. Ricardo fala de criar mecanismos de monitoramento de projetos. Fala que os
53 relatórios produzidos atualmente tem que usar de outras tecnologias e linguagem. Sérgio
54 fala da centralidade da comunicação e das agências de propaganda que podem ser
55 parceiras. Lincoln fala das agências de comunicação social, através de projetos que
56 potencializam o que o fundo está fazendo. É uma ação que investe em outras
57 possibilidades. Silmara coloca que ela e Andreia estão nomeadas para a Comitê de Escuta
58 Especializada. A dúvida é se o nome de todos os membros devem constar em publicação
59 própria. 2-Devolução de recurso referente a depósito realizado a maior na conta do
60 FMDCA. Ricardo fez a leitura do e-mail proveniente do Coordenador de Fundos, no
61 sentido de explicar a situação de depósito realizado a maior para o FMDCA. Colocou que
62 o assunto foi trazido ao colegiado uma vez que se trata de recursos do Fundo. Em votação,
63 o colegiado deliberou favoravelmente, por unanimidade, por sete votos, considerando que
64 o conselheiro Fernando ausentou-se nesse momento, deixando de votar e a conselheira
65 Jeanne, membro da sociedade civil, votou nesse ponto. 3-Indicação de coordenador para a
66 Comissão de EVCCA: foi nomeado o conselheiro Ruan. Em votação, ele foi eleito por
67 unanimidade dos votos, com a totalização de sete membros votantes. 4-Deliberação de
68 concessão de registro inicial para a entidade Sociedade de Trabalhos Comunitários
69 Campinas: a coordenadora da Comissão de Registro, Silmara Quintana, colocou um
70 histórico de avaliação da Comissão e sugeriu a concessão do registro inicial. Após breve

71 explanação, houve votação do colegiado, que deliberou favoravelmente, por unanimidade,
72 totalizando sete votos. 5 – Deliberação de concessão de registro definitivo: - Ministério
73 Pentecostal Luz do Mundo: a coordenadora Silmara deu breve histórico sobre a avaliação
74 da Comissão, sendo a recomendação pela concessão do registro definitivo. Em votação,
75 houve deliberação favorável, por unanimidade, sendo sete votos. - Associação Plantando
76 Esperança: a coordenadora Silmara trouxe breve histórico, nos mesmos termos da OSC
77 anterior, sendo a recomendação da Comissão pela concessão do registro definitivo. Houve
78 participação da representante da OSC, que pode colocar a forma de trabalho da
79 organização. A conselheira tutelar Gabriela colocou a necessidade de que o Conselho
80 Tutelar possa estar envolvido na concessão dos registros e que isso poderia ser levado à
81 Comissão Dialógica Interrelacional do CT – CMDCA. Em votação, houve deliberação
82 favorável pela concessão do registro definitivo, por unanimidade, sendo sete votos. 6-
83 Revalidação de Registros 2024: a conselheira Silmara iniciou a fala considerando a
84 necessidade de readequação da Resolução e procedimentos de avaliação e concessão de
85 registros. Foi apresentada planilha com a relação de instituições que a Comissão
86 considerou como deferidas para a revalidação. A conselheira tutelar Gabriela questionou
87 se o CMDCA considera eventuais denúncias contra instituições para a avaliação
88 relacionada aos registros. Em resposta, a coordenadora da Comissão colocou que as
89 legislações trazem algumas fragilidades jurídicas que precisam ser revistas para criar
90 mecanismos que possam tratar dessas questões. Em relação a essa organização em
91 específico, foi sugerida que ela seja retirada da relação de organizações que estão para
92 revalidação na data de hoje para verificações. Também foi colocada a insegurança neste
93 ponto da pauta, uma vez que a denúncia por si só não teria o condão de condenar a
94 organização. Questionado se há a possibilidade de suspensão do registro após avaliações,
95 foi colocado que as informações não estão precisas, razão pela qual essa organização deve
96 ser retirada da pauta apenas para avaliações. Em regime de votação, retirada a
97 organização da sociedade civil UNIASEC da listagem, ficam as demais aprovadas para
98 revalidação, por unanimidade de votos, quais sejam, sete votos. Em continuidade da
99 pauta, foi colocado que algumas organizações acabaram por descumprir o prazo proposto
100 para a apresentação da documentação de revalidação. Para que não haja prejuízo nas
101 revalidações, a proposta é que seja concedido prazo adicional para a apresentação e
102 análise das documentações para as organizações. Em votação, foi deliberado
103 favoravelmente, por unanimidade de votos, no montante de sete. Inclusão de item de
104 pauta: avaliado o Regimento Interno, foi inserido como ponto de pauta, pelo conselheiro
105 tutelar Moisés Sesión, a ausência de representação na suplência da sociedade civil, na

106 Comissão de Ética do Conselho Tutelar. A inclusão foi deliberada favoravelmente, por
107 unanimidade de votos, no montante de sete. Aberta as sugestões de representante
108 suplente, foi eleita a conselheira Maria Célia, por unanimidade de votos. Não havendo
109 mais nada a se tratar, eu, Fernando Henrique Martins, lavrei a presente ata.